

DECRETO Nº 7.831 DE 29/10/2012 - DOU 30/10/2012

Dispõe sobre a execução do Septuagésimo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 2 (70PA-ACE2), assinado entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai.

DECRETO Nº 7.832 DE 29/10/2012 - DOU 30/10/2012

Regulamenta o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares - RENUCLEAR, de que tratam os arts. 14 a 17 da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

DECRETO Nº 7.833 DE 29/10/2012 - DOU 30/10/2012

Altera o Decreto nº 2.867, de 8 de dezembro de 1998, que dispõe sobre a repartição de recursos provenientes do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 94 (1)

Declara inconstitucionais o artigo 254 das Disposições Gerais e o artigo 10 das Disposições Transitórias, e constitucionais os artigos 252, 253 e 255, todos da Constituição do Estado de Rondônia.

Como citar artigos doutrinários consultados na publicação *Plenum online* (disponível no site www.plenum.com.br), de acordo com as regras da ABNT:

- 1) nome do autor;
- 2) título do artigo;
- 3) informações a respeito do site (nome da publicação, endereço eletrônico, data de acesso, opcionalmente acrescida dos dados referentes a hora, minutos e segundos).

Exemplo:

WAMBIER, Luiz Rodrigues; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. Anotações sobre a efetividade do processo. *Plenum online*. Disponível em: <<http://www.plenum.com.br>>. Acesso em: 30 out. 2012.

CCJ deve votar hoje mudanças no Código Penal

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) deverá votar hoje, às 14h30, o relatório da Subcomissão Especial de Crimes e Penas com um anteprojeto de lei que modifica o Código Penal (Decreto-lei 2.848/40).

O texto aumenta a punição para os crimes cometidos contra a vida, a administração pública e o meio ambiente. Por outro lado, reduz a punição daqueles crimes patrimoniais cometidos sem violência física, como furto simples, por exemplo.

Elaborado pelo deputado Alessandro Molon (PT-RJ), o anteprojeto altera as penas de nove tipos de

crimes. O deputado argumentou que o objetivo é reequilibrar o rigor das penas de acordo com a gravidade dos crimes.

Drogas

Um dos pontos mais polêmicos do relatório é a distinção objetiva entre usuários e traficantes de drogas no próprio Código Penal. O relatório de Molon considera usuário quem portar uma quantidade de entorpecentes suficiente para até cinco dias de consumo - cálculo, segundo Molon, respaldado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Atualmente, não há critério objetivo em lei para essa diferenciação.

Apesar da polêmica, o anteprojeto foi aprovado pela subcomissão, no último dia 4, por unanimidade. Se for aprovado na CCJ, o texto passará a tramitar na Câmara como projeto de lei.

A comissão se reunirá no Plenário 1.

Fonte: <http://www2.camara.leg.br>

STF

Acesso de pessoa jurídica a informações sobre débitos tributários tem repercussão geral

ADI contra criação de cargos comissionados no TJ-PB terá rito abreviado

Indeferida liminar que pedia o afastamento de mulher de vereador de cargo em município paulista

STJ

Cabe ao juiz avaliar documentos aptos a fundamentar cobrança por ação monitória

Justiça estadual vai apurar sabotagem em moenda de usina

Mantida denúncia contra grupo armado atuante no transporte alternativo do Rio

Sócio com nome na certidão de dívida ativa pode responder à execução fiscal

Suspensa decisão que impôs juros e correção em dano moral a partir da publicação da sentença

TST e TRTs

TST - Aposentado terá complementação calculada em norma vigente na admissão

TST - Atlético não terá de indenizar jogador por falta de seguro de acidente

TST - Comissionado da Cemig não consegue estabilidade em período eleitoral

TST - Empregado não consegue aviso prévio proporcional por ano trabalhado

TST - Fraude em direito de imagem garante natureza salarial de valores devidos pelo Botafogo

TST - Gerente que transportou valores não receberá por desvio de função

TST - Oficiais de Justiça do Rio Grande do Norte não conseguem criar sindicato

TST - Produtor rural deve ser notificado pessoalmente de cobrança sindical

TST - Tribunal decide que acompanhar abastecimento não gera adicional de periculosidade

TRT3 - Empresa que reteve CTPS por mais de dois meses deverá indenizar ex-empregada por danos morais e materiais

TRT3 - Prescrição não interfere na forma de cálculo das parcelas trabalhistas

TRT3 - Turma condena mineradora a indenizar filhos de trabalhador morto por complicações da silicose

TRFs

TRF1 - 7ª Turma decide que proventos de aposentadoria por cegueira são livres de IR

TRF1 - Hospital que possui dispensário de medicamentos não precisa ter registro no CRF

TRF1 - Rejeitada denúncia por irregularidade na aplicação de recursos públicos

TRF4 - Contrabando de cigarros não pode ser considerado crime insignificante

Tribunais Estaduais

TJAP - Instituição de ensino superior não credenciada pelo MEC tem paralisadas suas atividades

TJCE - Banco é condenado a indenizar servidor inscrito indevidamente no SPC

TJCE - Estado do Ceará deve fornecer leite especial para criança

TJCE - Juiz condena acusados de praticar assaltos em Frecheirinha

TJCE - Seguradora é condenada a pagar mais de R\$ 20 mil para cliente

TJDFT - Doença preexistente não pressupõe má-fé do segurado que contrata seguro de vida

TJES - Acusado de tentar matar rapaz a tiros é absolvido

TJES - Agressor condenado com base na Lei Maria da Penha

TJES - PM que tirou fotos de busca e apreensão é inocentado por juiz

TJGO - Assaltantes que mataram idoso pegam mais de 20 anos de prisão

TJGO - Sócio de empresa fechada irregularmente terá de responder por dívida com o Estado

TJMA - Município terá que ressarcir empresa por venda ilegal de imóvel

TJMG - Morte por arma de fogo gera indenização

TJMG - Plano vai cobrir cirurgia oftalmológica

TJMG - Seguradora indeniza apólices antigas

TJMS - Estado e Município são condenados a custear medicamento a paciente

TJMS - Magistrado condena Estado e Município a custear cirurgia a paciente

TJMT - Parcela não pode ser aumentada após a contemplação

TJPR - Estado do Paraná é condenado a indenizar família de homem que se suicidou no Complexo Médico Penal

TJRJ - Empresa indenizará pastor que comprou CD com piadas picantes

TJRJ - Justiça do Rio determina que Márcia Teixeira assuma vaga de Deco

TJRN - Cliente é indenizado por manutenção de cadastro na Serasa

TJRN - Documentos médico-hospitalares devem ser enviados ao MP

TJRS - Suspenso julgamento sobre contribuição previdenciária dos servidores do Estado

TJSC - Caráter alimentar de auxílio-acidente justifica concessão sem perícia

TJSC - Corretor de imóveis tem direito a comissão mesmo depois do fim do contrato

TJSC - Torcedor pilhado com droga ficará afastado do estádio por duas partidas

TJSC - Tribunal confirma sentença que condenou homem por assalto contra concessionária

TJSC - Viúva e parentes de homem atingido por contêiner na rua serão indenizados

TJSP - Acusado de tráfico na zona sul é absolvido por falta de provas

TJSP - Tribunal confirma decisão que condenou empresa telefônica por acidente com motociclista

Demais Órgãos

MPF/RJ - Ministério Público Federal quer penas maiores para quadrilha de tráfico internacional de entorpecentes

MPF/RO - Ministério Público Federal recomenda que Enem seja realizado uma hora mais tarde nos sábados

MPF/SC - Ministério Público Federal consegue suspender curso irregular de Farmácia nas Faculdades Futurão, em Araranguá

MPF/SC - Ministério Público Federal encaminha recomendação para buscar celeridade no tratamento de câncer

As notícias publicadas neste boletim são oriundas dos sites oficiais dos tribunais.